

1 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

2
3 ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
4 NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL -
5 CNDRS.
6

7 Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às quinze horas e quarenta e cinco
8 minutos, na sala do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, localizado no Edifício
9 Centro Empresarial Varig. SCN Quadra 04, Bloco B, Pétala C, Sala 1203, Brasília, Distrito
10 Federal. iniciou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento
11 Rural Sustentável, na qual estiveram presentes os Srs. Presidente Substituto do CNDRS, José
12 Abrão; o Secretário do Conselho, Luiz Fernando de Mattos Pimenta e os Srs. Conselheiros
13 Otávio Mercadante. Fernando Piza, Divino da Costa Vaz, Manoel Eugênio Guimarães,
14 Sebastião Azevedo, Alberto Ercílio Broch, Assis do Couto, Manuel Cândido da Costa, Valter
15 Bianchini, Osmar Terra, Antônio Leonel Poloni e Ruy Born. Participaram ainda. Rinaldo
16 Junqueira de Barros, representando o Ministério da Agricultura e do Abastecimento; Carlos
17 Roberto Fonseca, representando o Ministério da Fazenda; Luiz Camargo de Miranda,
18 representando o Ministério do Meio Ambiente; Eduardo Ferreira Lima, representando o
19 Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão; Jonas Vilas Boas, representando a
20 ANOTER; Maria da Graça Amorim, representando a CONTAG; Ciro Correia, do Movimento
21 dos Trabalhadores sem Terra – MST; Paulo César Bezerra de Souza, do Ministério do
22 Trabalho e Emprego; José Ribeiro da Silva, Presidente do Fórum dos Secretários-Executivos
23 dos Conselhos de Desenvolvimento Rural e do CEDRS/Ceará; Luiz Vicente Facco e Paulo
24 Polesi, assessores da CONTAG; Rubens Niederheitmann, Vice-Presidente da ASBRAER;
25 Luiz Carlos Novita, Diretor-Executivo da ASBRAER; Florindo Dalberto, Presidente da
26 CONSEPA e Roberto Santos de Oliveira, Secretário-Executivo do FNSA. Dando início aos
27 trabalhos o presidente verificou o quorum de 72% dos conselheiros indicados presentes,
28 lembrando terem restado, da 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 3 de maio. dois itens de
29 pauta pendentes de votação: critérios de seleção dos municípios a serem beneficiados pelo
30 Pronaf Infra-estrutura e reconhecimento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural,
31 além da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho. Consultados o
32 secretário do Conselho, Luis Fernando Mattos Pimenta e o conselheiro Sebastião Azevedo, o
33 presidente do CNDRS esclareceu que a ata da 5ª Reunião Ordinária, bem como a da primeira
34 reunião extraordinária, deverão ser lidas e votadas na próxima reunião ordinária, prevista para
35 o dia 13 de junho. O presidente passou a palavra ao secretário de agricultura familiar, Gilson
36 Bitencourt, que passou a prestar esclarecimentos sobre o tema em pauta, explicando que para
37 a seleção dos municípios, dentro de cada estado, que serão os beneficiários do Pronaf, estão
38 sendo considerados três critérios com mais dois adicionais. Prosseguiu informado que o
39 primeiro critério é o percentual da população rural sobre a população urbana do município,
40 transformando este número em índice. O segundo critério é o número de estabelecimentos
41 com menos de quatro módulos fiscais sobre o total de estabelecimentos do município e o
42 terceiro é o valor bruto da produção agropecuária municipal dividido pela população rural,
43 definindo a sua renda per capita. Acrescentou que terão direito a bônus os municípios que
44 fazem parte da Comunidade Ativa e aqueles que têm Índice de Desenvolvimento Humano
45 abaixo de meio ponto. Prosseguiu explicando que no caso de existir no município
46 assentamento da reforma agrária que não tenha sido contemplado pelo Censo Agropecuário
47 serão utilizados dados do Incra para registrar o número de estabelecimentos com menos de
48 quatro módulos fiscais. Acrescentou que cada município terá direito a até quatro contratos e,
49 quando atingir este número, entrará em um novo processo seletivo. Neste novo processo
50 seletivo, decorridos quatro anos o município terá direito a mais dois contratos, desde que
51 passe pela avaliação de desempenho. Acrescentou o secretário que critérios mais específicos
52 de avaliação serão definidos pelo CNDRS e prosseguiu informando que os Estados terão o

53 direito de propor a alteração de até 25% dos municípios selecionados com base nos critérios
54 expostos. O secretário executivo esclareceu que os estados poderão propor a alteração de até
55 25% dos municípios. mas competirá ao CNDRS, com base nos seus critérios, adotar ou não a
56 proposição, caso contrário haveria uma transferência ilegal de competência. O secretário de
57 agricultura familiar retomou a palavra esclarecendo que a tendência é de que as proposições
58 dos estados sejam aceitas o que, no entanto, não pode constar da resolução por que isto
59 significaria transferir atribuições que são do CNDRS. Acrescentou que outra questão pendente
60 e de fundamental importância é a da contrapartida dos municípios, passando à leitura do artigo
61 9º da resolução. O presidente passou a palavra a Luis Camargo do MMA que propôs uma
62 pontuação maior do que meio ponto no que diz respeito ao IDH com vistas a diminuir as
63 desigualdades no país e sugeriu uma bonificação ambiental para os municípios com áreas de
64 proteção ambiental. O presidente passou a palavra ao conselheiro Assis do Couto, que pediu
65 maiores esclarecimentos e aprofundamento da discussão a respeito da distribuição do
66 orçamento entre os estados. Informando que o secretário da agricultura familiar abordaria esta
67 questão em outro momento, o presidente passou a palavra ao conselheiro Walter Bianchini,
68 que teceu considerações a respeito da importância dos conselhos municipais e de um capital
69 social atuante nos municípios onde os programas são mais bem sucedidos. Sugerindo o
70 fortalecimento da representatividade destes conselhos de modo a não ceder delegação
71 excessiva aos prefeitos. O presidente passou a palavra ao conselheiro Antônio Poloni, que
72 propôs um aprofundamento da discussão sobre a questão orçamentária, a valorização dos
73 municípios que desenvolvam programas de profissionalização e qualificação agrícola e que se
74 considerem outras possibilidades, que não a prefeitura, de sediar os conselhos municipais. O
75 presidente passou a palavra a Jonas Vilas Boas da Anoter, que propôs novas discussões a
76 respeito dos critérios de seleção dos municípios que serão atendidos pelo Pronaf. O presidente
77 passou a palavra para o conselheiro Alberto Broch, que considerou necessária a construção,
78 pela Secretaria do CNDRS, de uma proposta de distribuição dos recursos do Pronaf. Propôs
79 ainda a criação de mecanismos que assegurem, para os municípios atendidos pelo Pronaf, a
80 continuidade o programa ao longo do tempo, de modo que os recursos não passem a ser
81 progressivamente reduzidos. O conselheiro Alberto Broch prosseguiu sugerindo que o espaço
82 físico previsto para os conselhos municipais não seja obrigatoriamente a prefeitura, mas que
83 seja determinado democraticamente pelo próprio Conselho Municipal. O presidente passou a
84 palavra ao conselheiro Sebastião Azevedo, que endossou a sugestão do representante do
85 MMA no sentido de que seja criado um bônus para os municípios com unidades de
86 conservação ambiental, acrescentando que esta iniciativa deveria contemplar todas as áreas
87 protegidas. Prosseguiu sugerindo ainda que se discutisse a criação de um mecanismo que
88 assegurasse que a parcela do Imposto Territorial Rural (ITR) destinada as prefeituras fosse
89 destinada direta e efetivamente para as áreas rurais. O presidente passou a palavra ao
90 conselheiro Rui Born, que manifestou sua preocupação com a constituição dos conselhos
91 municipais e com a sua motivação num quadro em que os municípios vêm fazendo esforços
92 para se adaptar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Destacou o treinamento. à distância, de
93 cento e quarenta mil gestores relacionados ao combate às drogas, que cumprirão o papel de
94 motivadores da continuidade dos trabalhos dos conselhos, como exemplo a ser seguido por
95 outras áreas de governo. O presidente passou a palavra a Rinaldo Junqueira do Ministério da
96 Agricultura, que fez um apelo para que o Conselho concluísse suas deliberações efetuando a
97 votação antes do fim da reunião, de forma a garantir o repasse dos recursos orçamentários aos
98 municípios selecionados. O presidente passou a palavra ao conselheiro Osmar Terra, que
99 manifestou-se favorável à descentralização do poder a ao fortalecimento da organização
100 social, por meio dos conselhos municipais, mas ao mesmo tempo referiu-se aos problemas
101 provocados nos municípios pela multiplicação dos conselhos temáticos. Observou ainda que
102 na maior parte dos municípios onde o programa tem bom andamento a administração é
103 predominantemente feminina. Citou como típico o caso de Pimenta Bueno, em Rondônia.
104 Prosseguiu o conselheiro propondo que nos municípios onde esteja instalada a infra-estrutura

105 do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável do Programa Comunidade Ativa a
106 prefeitura seja dispensada de instalar uma segunda infra-estrutura para o CMDRS,
107 considerando que as mesmas instalações possam servir às duas finalidades. O presidente
108 passou a palavra a um conselheiro não identificado, que propôs que a existência de quilombos
109 constitua elemento favorável para a escolha de municípios beneficiados pelo programa. O
110 presidente passou a palavra ao conselheiro Manoel Cândido da Costa, que manifestou
111 preocupação com o dispositivo que delega às prefeituras a disponibilização de espaço físico e
112 a nomeação de dois técnicos para apoiar operacionalmente o Conselho Municipal de
113 Desenvolvimento Rural Sustentável. O conselheiro propôs que ambas as decisões sejam
114 delegadas ao próprio Conselho e não à prefeitura. O presidente passou a palavra ao secretário
115 de agricultura familiar, esclarecendo que uma vez exposta a abordagem de cada item, se todos
116 forem resolvidos, o texto será votado. No caso de haver dúvidas, o presidente pede que os
117 interessados se inscrevam para a apresentação de emendas, que serão votadas em separado. O
118 secretário de agricultura familiar abordou em primeiro lugar a questão orçamentária,
119 esclarecendo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário havia apresentado uma proposta
120 em que era mantido o número de municípios e o volume de recursos. Esclareceu ainda que em
121 discussões posteriores o número de municípios a serem atendidos foi ampliado em mais de
122 quatrocentos, basicamente nas regiões Norte e Nordeste - o que foi aprovado pelo Congresso
123 Nacional -, sem que houvesse uma concomitante ampliação do orçamento, o que acarretou a
124 redução dos recursos repartidos. O secretário informou que um pedido de suplementação
125 orçamentária no valor de cinquenta e seis milhões de reais foi encaminhado para corrigir a
126 distorção e fazer com que todos os municípios sejam atendidos com o montante de cento e
127 cinquenta mil reais. O secretário destacou ainda a importância de a resolução ser finalmente
128 votada, já que há cinco mil municípios em foco e o trabalho de definir os mil e quinhentos que
129 serão atendidos. Chamou a atenção para a necessidade de que os critérios de seleção tenham
130 um caráter nacional, que sejam facilmente quantificáveis. Alertou para a dificuldade de
131 solicitar suplementação orçamentária quando nada do orçamento foi gasto até o momento.
132 Sugeriu que as questões ambientais, da existência de quilombos e do desenvolvimento de
133 programas de capacitação profissional sejam utilizadas como critério para que os estados
134 façam seus remanejamentos dentro da cota de 25%: se for prioridade para o estado, este o
135 incluirá no programa. Com relação ao IDH, o secretário esclareceu que o papel do Pronaf é
136 trabalhar nos municípios mais pobres e também naqueles onde se tenha condições de
137 potencializar o seu desenvolvimento; o papel do Pronaf é viabilizar a infra-estrutura
138 produtiva. Dos municípios previamente selecionados, esclareceu o secretário, oitenta por
139 cento ou mais coincidem com o Projeto Alvorada, e quando não coincidem, tratam-se de
140 municípios com IDH baixo mas meramente urbanos. Com relação à disponibilização, pela
141 prefeitura, de espaço físico devidamente identificado (Pronaf) com a finalidade de manter
142 acervo técnico e documental do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e
143 material de divulgação do Pronaf, o secretário esclareceu que a sua localização não será
144 necessariamente na prefeitura e que ele poderá ser compartilhado. O presidente colocou o
145 texto em votação, ressaltando que emendas poderão ser apresentadas. O texto foi aprovado.
146 Os conselheiros Assis do Couto e Walter Bianchini apresentaram emenda alterando o artigo 5º
147 da resolução, no sentido de que a distribuição de cotas/recursos seja igualitária, contemplando
148 igualmente todos os Estados da Federação. O conselheiro Assis do Couto propôs alteração à
149 emenda: que as cotas por estado sejam distribuídas proporcionalmente ao número de
150 municípios existentes no Estado. O conselheiro Walter Bianchini retirou sua proposta em
151 favor da emenda do conselheiro Assis do Couto. A emenda foi considerada prejudicada e
152 retirada pelos autores, sob protesto. O presidente sugeriu que, diante da impossibilidade de
153 alterar as regras orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional, os conselheiros Walter
154 Bianchini e Assis do Couto concordassem em encaminhar sua proposta para a câmara técnica
155 com vistas ao estudo de alternativas para os critérios de proporcionalidade, o que seria
156 examinado na próxima reunião do Conselho. Os conselheiros concordaram com o

157 encaminhamento, questionando a definição de critérios de distribuição de recursos, na
158 hipótese de uma suplementação orçamentária. O secretário de agricultura familiar esclareceu
159 que a suplementação coloca os valores iguais para todos os estados e reforça a sugestão de que
160 a proposta dos conselheiros seja encaminhada à Câmara Técnica com o compromisso de
161 constar da pauta da próxima reunião do Conselho. O conselheiro Alberto Broch manifestou
162 repúdio e indignação, afirmando que nunca havia tomado conhecimento desta forma de
163 distribuição dos recursos, e reforçou a idéia da possibilidade de suplementação orçamentária,
164 para que não fiquem prejudicados os programas em andamento. O presidente acolheu o
165 protesto, determinando que ele conste em ata, e determinou que a Secretaria desenvolva os
166 estudos para formatar o voto, da forma como foi colocado. O conselheiro Antônio Poloni
167 também manifestou sua indignação e comentou a dificuldade de explicar as desigualdades na
168 distribuição de recursos junto ao Fórum Nacional de Secretários de Agricultura. O
169 representante do MMA Luis Camargo propôs que a questão da bonificação ambiental seja
170 discutida e incorporada em exercícios futuros e sugeriu colocar em votação que a medida do
171 IDH seja alterada de 0,5 para um ponto. O presidente indagou se a proposta tinha o endosso
172 do conselheiro Sebastião Azevedo, pois do contrário ela não poderia ser votada, já que o
173 titular e o suplente do Ministério do Meio Ambiente estavam ausentes, o que não ocorreu. O
174 conselheiro Manoel Cândido da Costa propôs que no artigo 9º, item II, fosse acrescentada a
175 frase "garantindo a discussão e aprovação prévia pelo Conselho Municipal de
176 Desenvolvimento Rural Sustentável", emenda aprovada pelo Plenário. O conselheiro Walter
177 Bianchini propôs a recomendação de normas para a criação dos conselhos municipais de
178 desenvolvimento rural sustentável, relativamente à participação de entidades e a representação
179 de gênero. O presidente registrou a presença do conselheiro Darci Zonta, Secretário de
180 Agricultura de Santa Catarina, que apresentou o seu substituto, conselheiro Antônio Poloni,
181 representando o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura. O presidente esclareceu que a
182 proposição dos conselheiros Walter Bianchini e Assis do Couto será colocada em discussão
183 na próxima reunião do Conselho e passou para o item dois da pauta. O secretário Luís
184 Fernando Manos Pimenta esclareceu que os conselhos cujo reconhecimento estava em pauta
185 foram criados em função do Pronaf, mas que deverão assumir um papel maior, voltado para as
186 questões de desenvolvimento das bases municipais. O conselheiro Jonas Vilas Boas informou
187 considerar perigoso o reconhecimento automático de conselhos municipais e ponderou que
188 antes deveriam ser criados os conselhos estaduais. O conselheiro Alberto Broch considerou
189 importante o reconhecimento dos conselhos, já que o regimento do CNDRS prevê que assim
190 seja. Ressaltou que eles devem ser reconhecidos conforme os decretos 1.946 e 3.508 e que
191 qualquer denúncia contra os conselhos municipais, uma vez comprovada, resulte em medidas
192 cabíveis, como o descredenciamento de programas. O conselheiro Sebastião Azevedo propôs
193 que seja suprimida a expressão "automaticamente" no reconhecimento dos conselhos: que o
194 artigo 2º seja transformado em parágrafo único e que o artigo 3º passe a ser o 2º. O
195 conselheiro Assis do Couto alertou que freqüentemente a paridade dos conselhos municipais é
196 falseada, com frágil participação da agricultura familiar. Citou o caso de um
197 município em que o prefeito indicou quatro representantes dos agricultores, sendo que todos
198 eles são sócios do sindicato patronal, apesar da presença do sindicato de trabalhadores rurais e
199 sugeriu a elaboração de uma cartilha com a definição de regras claras para a composição dos
200 conselhos municipais. O representante do Ministério da Agricultura, Rinaldo Junqueira de
201 Barros concordou com a proposição de retirar a expressão "automaticamente" no
202 reconhecimento dos conselhos, considerando que assim ficará implícito que eles estarão sob
203 observação e vigilância, e se manifestou contra o estabelecimento de novas regras e normas
204 burocráticas. O presidente colocou a resolução em votação. A resolução foi aprovada. O
205 presidente colocou em votação a emenda de texto apresentada pelo conselheiro Sebastião
206 Azevedo. A emenda foi aprovada. O secretário Luís Fernando Matos Pimenta informou que a
207 secretaria apresentará, na próxima reunião do Conselho, proposta de mobilização no sentido
208 de consolidar os conselhos municipais já instalados e fazer avançar os que estão em processo

209 de formação. O conselheiro Manoel Eugênio propôs que antes da ata, a secretaria do Conselho
210 providenciasse a divulgação de um boletim informativo com um resumo das decisões e
211 encaminhamentos decididos nas reuniões do Conselho. O conselheiro Assis do Couto
212 solicitou à secretaria do Conselho que providenciasse, para conhecimento dos conselheiros,
213 todos os documentos relativos aos atos legislativos e executivos dispendo sobre a questão da
214 distribuição orçamentária do Programa Pronaf Infra-Estrutura. Nada mais havendo a tratar o
215 Senhor Presidente encerrou a sessão cuja ata passa a ser firmada por mim. Secretário do
216 Conselho e pelos Conselheiros do CNDRS presentes a reunião. Faz parte integrante dessa ata
217 a transcrição da reunião que permanece arquivada na Secretaria do CNDRS.
218